



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150437 - MG (2021/0220339-9)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
RECORRENTE : GUSTAVO MATOS ORNELAS (PRESO)
ADVOGADO : JONATHAN DE SOUZA VIEIRA E OUTRO(S) - MG158201
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : WILLIAN PEREIRA DE SOUZA
CORRÉU : JOUBERT FERREIRA DE JESUS
CORRÉU : GLEIDSON DOS SANTOS FERREIRA
CORRÉU : ANDERSON MACHADO RAMOS
CORRÉU : JORDIANO APARECIDO BARBOSA
CORRÉU : RODRIGO RODRIGUES CASTRO
CORRÉU : ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA
CORRÉU : ANDERSON MENDES MIRANDA
CORRÉU : MARCELO FERNANDES MATOS
CORRÉU : GISLANE VIANA
CORRÉU : NATANAEL MOURA DE SOUZA
CORRÉU : DOUGLAS PEDROSA BRITO
CORRÉU : DAWITSON SANTOS FERNANDES
CORRÉU : IGOR CARDOSO ROSA
CORRÉU : DEIVSON RODRIGUES NASCIMENTO
CORRÉU : LUCAS TELES DO NASCIMENTO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GUSTAVO MATOS ORNELAS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (N. 1.0000.21.106562-8/000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 35, c/c o art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006. O *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem que visava à revogação da prisão preventiva foi denegado. Contra tal acórdão foi interposto o presente recurso ordinário.

Sustenta a ausência de contemporaneidade entre a decisão que decretou a prisão preventiva e os fatos que justificaram tal medida. Além disso, alega a falta de fundamentação idônea da decisão que decidiu pela prisão cautelar. Ainda, aduz que não estão presentes os requisitos que autorizam a segregação antecipada do paciente.

Requer, em pedido liminar, possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente recurso. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja relaxada a prisão do paciente. Subsidiariamente, pleiteia a revogação da prisão preventiva com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente